

# Isabel Barros Dias

## **A digressão na historiografia ibérica afonsina e pós-afonsina (sécs. XIII e XIV)**

A palavra “crónica”, tal como esclarece Santo Isidoro de Sevilha, carrega, no seu sentido etimológico, a noção de tempo<sup>1</sup>. Com efeito, um “superego” cronológico marcou, de forma particularmente acentuada, a historiografia do Ocidente medieval, enquanto eixo estrutural, nomeadamente o *corpus* que aqui nos servirá de base de reflexão: os textos produzidos no *scriptorium* do rei Afonso X de Castela e de Leão e subsequentes reformulações<sup>2</sup>.

Na verdade, um dos elementos caracterizadores do trabalho historiográfico levado a cabo sob os auspícios do rei Sábio consiste, precisamente, numa preocupação, quase obsessiva, pela ordenação e sistematização dos acontecimentos<sup>3</sup>. Esta preocupação com a “ordem” verifica-se, por exemplo, nas referências às mais diversas datações que, na sua *Estoria de Espanna*, encabeçam a grande maioria dos capítulos e que se procuram sincronizar, bem como na densidade das remissões para o que já foi<sup>4</sup>, ou será<sup>5</sup>, dito, remissões estas que, por vezes, são ainda acentuadas por ocasionais analepses<sup>6</sup> e prolepses<sup>7</sup>, necessárias para situar os acontecimentos que se iniciam ou acabam, no fluir total do devir histórico. Trata-se de procedimentos típicos desta forma textual mas que, no caso concreto da historiografia afonsina, por vezes, tornam-se um pouco pesados, dada a sua forte recorrência.

Concomitantemente, é possível verificar, nos mesmos textos, a acção de forças que contrariam este “superego” cronológico. Referimo-nos, em particular, ao desejo de fuga que, pontualmente, assalta a narrativa ordenada: a tentação da digressão<sup>8</sup>. Estas duas tendências remetem, obviamente, para a questão da procura de um compromisso entre a maior velocidade da narrativa dos acontecimentos sucessivos e o abrandamento que, tradicionalmente, caracteriza as descrições mais detalhadas.

No entanto, no caso particular da historiografia medieval, esta problemática tem que ser articulada com outros factores, nomeadamente com a questão do trabalho das fontes utilizadas para a composição do relato. Com efeito, a *compilatio* medieval não pode ser entendida como uma mera cópia ou colagem de fontes mas sim como uma reconstrução, uma reorganização que se concretiza na recriação do(s) significante(s) de base. Em termos genéricos, e no que se refere às formas concretas como este trabalho era levado a cabo,

podemos dizer que o procedimento compilatório assentava em duas metodologias básicas: ou o cruzamento de diferentes fragmentos (a forma mais desenvolvida e complexa, consistindo num saltitar entre fontes, escolhendo as que se consideravam mais fiáveis ou mais ricas para cada trecho) ou o encadeamento das fontes (seguir primeiro uma fonte e depois outra). É também importante salientar que estes procedimentos compilatórios não se excluem mutuamente, podendo ser usados num mesmo texto e misturar-se em múltiplas variações, podendo ainda suceder que um texto apresente este ou aquele procedimento porque já o encontrou assim na fonte que manuseou<sup>9</sup>. O texto construído desta forma, independentemente de se basear, em maior ou menor parte, em fragmentos já existentes, dadas as possibilidades de modificação da sua distribuição, de articulação com outros textos (já existentes, novos ou reescritos) e de intervenção, manipulação e actualização, por parte do compilador, esse texto é, inevitavelmente, outro.

Estes procedimentos da *compilatio* são, por sua vez, de articular com as formas que Inés Fernández-Ordóñez identificou no caso particular da historiografia afonsina tendo-lhes aplicado as designações de “estorias departidas” e “estorias unadas”, sendo estas últimas as narrativas mais desenvolvidas e de contraponto relativamente às primeiras, distribuídas, ao longo de vários anos, em alternância com outros relatos. As “estorias unadas” teriam sido compostas no *scriptorium* afonsino como parte integrante do trabalho prévio à elaboração do relato cronístico. Este labor preparatório também teria incluído a tradução das fontes latinas e a prosificação de cantares épicos e romanescos. Para a composição do texto cronístico, os colaboradores de Afonso X dispunham, assim, de extensos materiais previamente preparados, prontos para serem integrados nos textos, em bloco ou interligados com outros relatos, conforme as circunstâncias. Como consequência desta opção, surgem tanto narrativas rápidas e sintéticas como relatos mais desenvolvidos ou elaborados e que se podem, ainda, alongar em digressões ou aprofundar um determinado ponto<sup>10</sup>.

O interesse que um assunto possa ter suscitado e a consequente vontade de o acentuar, a extensão dos materiais disponíveis e considerados de interesse ou o facto de uma acção se prolongar ao longo do tempo, obrigaram os cronistas a tomadas de decisão relativamente ao modo de expor os eventos, contrariando deste modo, por vezes, a regra básica da ordenação cronológica a que uma exposição cronística deveria, teoricamente, obedecer. Assim, a apresentação de determinados acontecimentos mais extensos, mais complexos ou mais importantes poderá ter tendência para surgir como um bloco mais ou menos desenvolvido<sup>11</sup>. Este desenvolvimento pode insinuar-se, quer por uma questão de gozo estético (que transparece independentemente de possíveis intenções didáctico-exemplares subjacentes)<sup>12</sup>, quer pela necessidade mais concreta de manter o nexo de um ponto específico e de longa

duração (e que poderia perder algum do seu efeito se fosse repartido pelos diversos anos e, em cada ano, fosse entremesclado com os outros acontecimentos contemporâneos)<sup>13</sup>.

Estas inclinações, já bastante patentes nos textos afonsinos, não só se mantêm, como, em alguns casos, até se desenvolvem nos textos posteriores, seus derivados. Continuamos, aí, a verificar a existência de uma preocupação com o fio da história<sup>14</sup>, que é, no entanto, cada vez mais desafiada pela tentação da digressão, pela dispersão, que vai tomando contornos progressivamente mais e mais literários. Esta última tendência é particularmente aparente graças à integração extensa de relatos épicos que, por exemplo, no caso das narrativas acerca da vida e feitos do Cid, passam, gradualmente, a integrar as infâncias<sup>15</sup> e o que, à semelhança do que sucede com os cantares de gesta franceses, poderíamos denominar de “moniage”<sup>16</sup>. O cume deste processo verifica-se na denominada *Crónica Fragmentária* que eleva consideravelmente o espaço dedicado a textos de carácter mais marcadamente literário e novelesco. Na base deste processo teria estado uma \**Grande Estoria de los Reyes Moros que ovo en África [que aseñorearon a España]* do mestre Sigisberto, hoje perdida. Esta “Estoria” desenvolveria diversos temas épico-lendários, seja de inspiração francesa, seja mais exclusivamente peninsulares e terá influenciado a redacção das diversas crónicas e versões com que entrou em contacto desde os tempos do rei Sancho IV (último quartel do séc. XIII)<sup>17</sup>.

Em contraponto a estes desenvolvimentos, a narrativa cronologicamente organizada pode ser considerada como uma forma mais simples ou mais primitiva (enquanto menos elaborada) de exposição, mas também não deixa por isso de lançar mão de ferramentas que obstem à diluição de possíveis nexos lógicos de união dos factos dispersos no tempo, caso das remissões, analepses e prolepses que já referimos. Também não podemos esquecer que, quando um todo lógico é separado por segmentos que se entrelaçam com a restante narrativa ao longo de uma série de capítulos, a exposição não tem, necessariamente, que perder a sua lógica interna. Pelo contrário, esta pode ser vista como uma forma de manter presente, ao longo da narrativa, um mesmo tema considerado de grande importância, como sucede com o relato da vida de Cristo que nos surge por entre a história do Império Romano, depois seguida por referências aos sucessos da Igreja católica, geralmente em fim de capítulo<sup>18</sup>. A história Romana é ainda entrecortada com as referências aos reis que os Romanos colocam na Judeia<sup>19</sup>. Mais tarde, a história de Maomé também é um exemplo nítido de relato entrelaçado<sup>20</sup>.

Verificamos, pois, como o binómio narração/descrição, não sendo, de todo, assimilável, é articulável (no caso concreto dos textos que aqui nos servem de base de reflexão) com a dicotomia que opõe um discurso baseado na sucessão ou parataxe, que deixa ao leitor o estabelecimento dos nexos, a outro que se socorra da hipotaxe, apresentando, de forma nítida, subordinacões e relações causais (e onde, muito mais facilmente se podem insinuar digressões).

Esta última oposição, que aponta, precisamente, para a distinção entre um discurso que submete a sua narrativa a uma sequência cronológica e um outro que opta por uma organização lógica, tem particular interesse no âmbito dos estudos medievais. Com efeito, foi neste período que se acentuou a tendência para identificar a denominada “ordem natural” com o encadeamento histórico, linear ou cronológico e não com a ordem do raciocínio retórico ou com a maior verosimilhança do discurso<sup>21</sup>. Será aqui de salientar o facto desta distinção entre início “natural” ou “artificial” ser, inclusivamente, referida por Afonso X, como seria de esperar, em termos cronológicos:

De dos maneras demuestra Estaçion en la estoria de Achilles que ouieron los abtores de que vsaron en las entradas de sus razones; e nonbralos el aquellos dos comienços e departelos desta guisa: Diz que al vn comienzo llaman natural de natura, e al otro dixeron comienzo de maestria o del arte. E del comienzo de natura departe el asi: que es començar el estoriador a contar la estoria de la razon donde se leuanta el fecho e donde viene el primero comienzo de la cosa de que fabla en ella. E el otro comienzo, del arte e de la maestria, diz que es quando omne dexa la razon donde nasce aquello por que ovo a acaesçer aquel fecho de que el a de falar, e todo lo al que yaze alli fasta donde el toma la razon de lo suyo; e comiença luego en la su razon en aquello que viene luego ante de lo suyo mas de çerca. (GE: II, 2/2, 49a).

Verifica-se aqui, não só a presença de uma consciência desperta para as questões da composição literária, como também o conhecimento teórico das normas retóricas que chegaram à Idade Média vindas da Antiguidade Greco-latina (mesmo quando modificadas)<sup>22</sup>. Não é, pois, de estranhar que seja possível identificar passagens da historiografia afonsina que terão sido construídas de acordo e segundo os *topoi* e os preceitos recomendados pelos tratados teóricos<sup>23</sup>. Torna-se, por isso, importante ter presente que a forma narrativa exibida pelas obras elaboradas no *scriptorium* afonsino, apesar de certamente influenciadas pela estrutura inicial das fontes manuseadas, é também, e sobretudo, fruto de decisões e de opções tomadas conscientemente por intelectuais que não desconheciam as ferramentas e os artifícios transmitidos pela tradição das *Artes*.

É evidente que a construção desta historiografia não é fruto de um mero acumular de elementos. Pelo contrário, obedece a um plano que concorda com as intenções éticas e políticas defendidas pelo soberano/ideólogo. Estas insinuam-se sabiamente na forma como a história é exposta, graças aos mais variados recursos retóricos, habilmente utilizados com vista à prossecução dos objectivos pretendidos.

Assim, o facto dos textos em questão se encontrarem eivados de pontos onde o desejo de fuga assedia o cronista que reitera, paradoxalmente, o dever de os dominar, deverá, talvez, ser perspectivado mais como uma vontade de “parecer” que se deseja fazer com que esses pontos de fuga se submetam à tão importante “ordem”. Esta questão, sobre se não estaremos aqui perante um artifício retórico, pode colocar-se na medida em que o relato não cessa, de facto, de se ornar com as mais variadas digressões (sejam elas mais marcadamente narrativas ou predominantemente descritivas) que amplificam o discurso em muitos e diversos pontos. Acresce, ainda, o facto destes núcleos manterem uma certa relação com algumas noções e ideias próximas das defendidas pela ideologia e pela política afonsinas, das quais podem, inclusivamente, ser considerados como representativos<sup>24</sup>.

Estas características articulam-se, na perfeição, com o pragmatismo que parece ter norteado o projecto cultural de Afonso X. A procura de uma linguagem clara e correcta, bem como de uma comunicação otimizada<sup>25</sup>, evidenciam um desejo de eficiência comunicativa, tanto em extensão, como em profundidade, pois só assim se torna exequível a transmissão de conhecimentos e de valores éticos e ideológicos. Este traço também será grandemente responsável pela atitude, aparentemente paradoxal, da inserção, na *Estoria de Espanna*, de sucessos que parecem não ter grande relação com a linha historiográfica seguida, mas que não deixam, por isso, de ser relatados. Mesmo quando rodeados por desculpas, geralmente concretizadas em alusões à “brevidade” com que deverão ser contados, dado o seu carácter mais externo, esses acontecimentos devem ser considerados como acessoriamente válidos, porque, de acordo com as justificações, ou poderão suscitar uma melhor compreensão geral<sup>26</sup>, ou serão, de alguma forma, relacionáveis com a história de Espanha<sup>27</sup>, ou, finalmente, porque terão o seu valor enquanto exemplo<sup>28</sup>.

A frequência com que as narrativas desta historiografia se “abandonam” à transcrição de digressões, amplificações, repetições, listas..., além de se enquadrar no âmbito da ânsia de exaustividade, outra meta descomedida que Afonso X terá perseguido, também encontra uma justificação na fluidez da distinção que classifica a *prolixitas* de um texto com base, não tanto na quantidade do discurso produzido, mas na presença ou não de conteúdos significativos válidos. Torna-se, assim, particularmente difícil “medir” a abundância das narrativas afonsinas e pós-afonsinas dada a sua enorme carga ideológica. No entanto, também não é possível negar as evidências que apontam no sentido de uma ambição manifesta, talvez desmedida, que sonha com a construção de uma súpula do saber que transmite valores não só por meio de uma ordem natural, mas que também os reitera graças a um discurso que não afirma directamente mas por desvio, com subtileza<sup>29</sup>.

A digressão contrasta, certamente, com o desejo de linearidade, quebrando o discurso “cronologicamente direito”<sup>30</sup>. No entanto, é nestas paragens momentâneas que se acentuam actos e acontecimentos tidos como importantes e que se veiculam pontos ideologicamente assumidos como essenciais, bem como exemplos de bom e de mau comportamento, sendo graças a estas paragens que a historiografia melhor pode preencher a sua função didáctica, preconizada por Cícero<sup>31</sup>. Por esta razão, a “atracção pela digressão”, apesar de, no fundo, se construir em pontos de fuga relativamente aos trechos cronísticos mais esquemáticos, também não deixa de ter sentido, nomeadamente enquanto elemento privilegiado para a formação ética. Neste âmbito, torna-se lícito, por exemplo, o uso de cores retóricas caso contribuam para melhor veicular aqueles exemplos do passado que se consideram suficientemente importantes para a edificação do público. Na realidade, é graças à inserção destas digressões, na sua grande maioria, trechos de carácter mais marcadamente literário, que são fornecidos modelos de comportamento suficientemente impressionantes para sublinhar momentos ou personagens considerados da maior importância, de forma a não abandonarem a memória de quem os conheça<sup>32</sup>.

Podemos, assim, acentuar a tendência da historiografia em análise para insistir na reiteração de exemplos que, apesar de distintos entre si, servem, no entanto, para ilustrar princípios idênticos, numa retórica que se baseia, em grande parte, em procedimentos de reiteração e de eco. Este “excesso” repetitivo, cujos fins didácticos são inegáveis, pode ser identificado com bastante clareza na obra afonsina. Ao encontrar formas diferentes de expressar os mesmos significados, o rei Sábio está, em certa medida, a ser, um pouco, o que ele próprio classifica como “poeta”:

los auctores delos gentiles, que fueron poetas, dixieron muchas razones en que desuiaron de estorias; e poetas dizen enel latin por aquello que dezimos nos en castellano enffennidores e assacadores de nuevas razones, e fueron trovadores que trobaron enel letin, e fizieron ende sus libros en que pusieron razones estrannas e maravillosas e de solaz, mas non que acuerden con estoria menos de allegorias e de otros esponimientos; (GE: I, 369a)

Ao variar os ensinamentos por uma multiplicidade de situações, a historiografia, mais que relato circunstancial, passa a assumir uma função que partilha com determinadas fábulas na medida em que, para além das “verdades” factuais que, teoricamente, veicula, passa a fixar-se, também, em outras “verdades”. Estas últimas situam-se para além dos factos narrados, devendo ser absorvidas pelo entendimento de cada leitor.

## Notas

1 “Chronica Graece dicitur quae Latine temporum series appellatur, qualem apud Graecos Eusebius Caesarensis episcopus edidit, et Hieronymus presbyter in Latinam linguam convertit. enim Graece, Latine tempus interpretatur” José Oroz Reta e Manuel A. Marcos Casquero (ed. e trad.), San Isidoro de Sevilla, *Etimologias*, Madrid, B. A. C., 1982 (V, 28).

2 Referimo-nos, em particular, à *Estoria de Espanna* e seus derivados. Para esta obra foi aqui considerada a versão editada por Ramón Menéndez Pidal como *Primera Crónica General de España*, Madrid, Gredos, 1977 (daqui em diante **PCG**). Saliente-se, no entanto, que esta edição se baseou em dois manuscritos compósitos onde intervieram diversas mãos em épocas distintas. No entanto, o seu trecho inicial (até ao cap. 616) consiste na “versão régia” afonsina, ou seja, o texto aprovado pelo soberano como “oficial” aquando da redacção da primeira versão da *Estoria de Espanna*. Cabe ainda referir aqui que, actualmente, a crítica reconhece duas principais versões afonsinas da *Estoria de Espanna*, a “versão primitiva” (cerca 1270) e a “versão crítica” (cerca 1282-84) texto de que é testemunho, em grande parte, a denominada *Crónica de Veinte Reyes* (cf. a transcrição de José Manuel Ruiz Asencio e Mauricio Herrero Jiménez, Burgos, Ayuntamiento de Burgos, 1991 – daqui em diante **Cr20R**). Estas duas versões foram posteriormente combinadas das mais variadas formas, abreviadas, ampliadas, adaptadas, traduzidas e entrecruzadas com novas fontes ou com trechos de fontes já usadas mas anteriormente desprezados, dando origem a uma família textual enorme e extremamente complexa. Sobre estas questões ver Diego Catalán, *De Alfonso X al conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962 e, mais recentemente, *idem*, *De la silva textual al taller historiográfico alfonsi – Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid, 1997 e *idem*, *La Estoria de España de Alfonso X – creación y evolución*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid, 1992. Ver ainda Inés Fernández-Ordóñez, *Versión Crítica de la Estoria de España*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal/Universidad Autónoma de Madrid, 1993, bem como a útil síntese: *idem*, “La transmisión textual de la “Estoria de España” y de las principales “Crónicas” de ellas derivadas”, *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid: Fundación Santander Central Hispano/Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2000, pp. 219-260. Também é aqui de referir o projecto da *General Estoria*. Este projecto, de dimensões extraordinárias, ficou inconcluso antes sequer de entrar na Era Cristã (VI Parte). Para uma listagem dos trechos desta obra já editados ver Inés Fernández-Ordóñez, “Antes de la *collatio*. Hacia una edición crítica de la *General estoria* de Alfonso el Sabio (segunda parte)”, Aengus Ward (ed.), *Teoría y práctica de la historiografía hispánica medieval*, Birmingham, The University of Birmingham Press, 2000, pp. 124-148 (pp. 142-43). Os excertos desta obra aqui transcritos procedem das seguintes edições: Antonio G. Solalinde (ed.), *Alfonso el Sabio, General Estoria, Primera Parte*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1930 (daqui em diante **GE: I**) e Antonio G. Solalinde, Lloyd A. Kasten e Víctor R. B. Oelschläger, *General Estoria, Segunda Parte*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto “Miguel de Cervantes”, 2 vols., 1956 e 1961 (daqui em diante **GE: II**). No que se refere aos textos pós-afonsinos, podemos salientar, por exemplo, a *Crónica Abreviada*, de D. Juan Manuel (texto editado, em 1983, por José Manuel Cacho Blecua: “Crónica Abreviada”, *Obras Completas*, II, Madrid, Gredos, pp. 507-815 – daqui em diante **CrAbr**); a *Tradução Galega* (editada por Ramón Lorenzo: *La*

*Traduccion Gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1975 – daqui em diante **Trad. Gall**) e as duas redacções da portuguesa *Crónica de 1344* (a primeira redacção (daqui em diante **1344a**), que subsiste na sua tradução castelhana, no ms. 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca, foi parcialmente editada por Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés: *I Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos, 1970. A segunda redacção (daqui em diante **1344b**) foi editada por Luís Filipe Lindley Cintra: *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, I. N.-C. M., 1954-1990).

**3** O tema da “ordem”/“lugar próprio” (em que Cícero também insiste, como refere Bernard Guenée, *Histoire et culture historique dans l’Occident médiéval*, Paris, Aubier-Montaigne, 1980, p. 20) que deve presidir à narrativa ocorre na PCG: I, 3 (Prólogo), 56 (cap. 77), 58 (cap. 79), 87 (cap. 109), 212 (cap. 372), 238 (cap. 416), 303 (cap. 546), 304 (cap. 459), 306 (cap. 551) e PCG: II, 321 (intr. vol. II), 338 (cap. 595).

**4** A PCG (EE) apresenta múltiplas remissões para sucessos que assume como já referidos – PCG: I, 29 (cap. 47), 49 (cap. 66), 67 (cap. 91), 78 (cap. 101), 98 (cap. 116), 101 (cap. 133), 130 (cap. 180), 142 (cap. 192), 172 (cap. 282), 182 (cap. 313), 183 (cap. 314), 193 (cap. 321), 120 (cap. 346), 207 (cap. 365), 208 (cap. 365), 209 (cap. 365), 210 (cap. 367), 211 (cap. 369), 214 (cap. 380), 223 (cap. 397), 229 (cap. 405), 232 (cap. 409), 233 (cap. 411), 235 (cap. 413), 237 (cap. 415), 238 (cap. 417), 239 (cap. 419), 240 (cap. 422), 242 (cap. 426), 245 (cap. 430 e 431), 246 (cap. 432 e 434), 247 (cap. 435), 250 (cap. 442), 251 (cap. 443 e 444), 254 (cap. 450), 256 (cap. 453), 257 (cap. 457), 258 (cap. 459), 260 (cap. 463), 269 (cap. 486), 293 (cap. 525), 295 (cap. 527), 304 (cap. 549), 309 (cap. 555), 318 e 319 (cap. 564) e PCG: II, 322 (cap. 566), 326 (cap. 571), 330 e 331 (cap. 580), 337 (cap. 591), 338 (cap. 595), 348 (cap. 614).

**5** A PCG (EE) apresenta múltiplas remissões para sucessos que pretende narrar adiante – PCG: I, 6-7 (cap. 3 e 4), 57 (cap. 79), 66 (cap. 90 e 91), 98 (cap. 122), 101 (cap. 130), 103 (cap. 135), 108 (cap. 150 e 151), 110 (cap. 156), 158 (cap. 238), 177 (cap. 299), 195 (cap. 325), 197 (cap. 332), 204 (cap. 355), 205 (cap. 358 e 360), 206 (cap. 362), 207 (cap. 364 e 365), 208 (cap. 365), 211 (cap. 368), 212 (cap. 372), 215 (cap. 385), 216 (cap. 386), 222 (cap. 393), 226 (cap. 401), 227 (cap. 402), 242 (cap. 426), 245 (cap. 430), 248 (cap. 437), 249 (cap. 439), 303 (cap. 546), 304 (cap. 459), 306 (cap. 551), 314 (cap. 559 e 560) e na PCG: II, 335 (cap. 588), 338 (cap. 595), 343 (cap. 601), 349 (cap. 616).

**6** Estas ocorrem, por exemplo, na PCG: I, 295 (cap. 527), 300 (cap. 538), 310 (cap. 557-8) e na PCG: II, 321 (Intr. vol. II).

**7** Estas ocorrem, por exemplo, na PCG: I, 27 (cap. 40), 79 (cap. 102), 87 (cap. 109), 89 (cap. 112), 97 (cap. 120), 129 (cap. 178), 242 e 243 (cap. 426), 248 (cap. 438), 254 (cap. 451), 282 (cap. 510), 304 (cap. 550), 338 (cap. 595).

**8** A digressão, em termos genéricos, é entendida como uma forma de *amplificatio*, no que se assemelha à comparação ou à descrição. Pode ainda ser de dois tipos, consoante sai do assunto ou antecipa uma questão. De notar ainda a diversidade com que os autores das “Artes Poéticas” trataram a questão da digressão e que também não se coaduna com o que os autores Antigos disseram desta figura. Enquanto Godofredo de Vinsauf apresenta uma noção mais lata, considerando comparações ou antecipações; já para João de Garlandia, inserir uma descrição ou uma comparação não constitui uma fuga ao assunto, o que só acontece com a inclusão, por exemplo, de uma fábula. Sobre esta questão ver Edmond Faral, *Les Arts Poétiques du XIIe et du XIIIe siècle*, Genève/Paris, Slatkine/

Champion, 1982, p. 74. Sobre o uso da digressão na historiografia medieval e suas justificações ver ainda Benoît Lacroix, O. P., *L'Historien au Moyen Âge*, Montréal/Paris, Inst. d'Études Médiévales/Vrin, pp. 125-128.

9 Estes procedimentos são estudados e apontados por Gert Melville, “Le problème des connaissances historiques au moyen-âge. Compilation et transmission des textes”, Jean-Philippe Genet (ed.), *L'historiographie médiévale en Europe*, Paris, éditions du S. N. R. S., 1991, pp. 21-41 (pp. 26-29).

10 “Con el fin de poder exponer de forma comprensible fechos complejos de excepcional importancia, rescatándolos así de entre la multitud de acontecimientos simultáneos, los redactores alfonsíes inventaron las *estorias unadas*, unidades narrativas autónomas que, superando la fragmentación analítica, concentran en un punto histórico todo el saber vinculado a un suceso o a un personaje para realzar estructuralmente su relevancia.” Inés Fernández-Ordóñez, *Las Estorias de Alfonso el Sábio*, Madrid, Istmo, 1992, p. 32. Este assunto é ainda desenvolvido nas pp. 53-64.

11 O caso mais flagrante de um bloco textual sobremaneira desenvolvido na *Estoria de Espanna* é o trecho que narra a história de Dido e das duas cidades por onde esta figura circulou (Troia e Cartago). De notar, no entanto, que o aspecto tão evidente de interpolação que esta história apresenta, aliado a características que a aproximam mais das narrativas da *General Estoria*, levaram à colocação da hipótese (Inés Fernández-Ordóñez: 1992, p. 88) segundo a qual este trecho da história de Cartago teria sido elaborado para a *General Estoria* mas, não tendo sido aí integrado por algum motivo, acabou por ser absorvido pela *Estoria de Espanna*.

12 A estes elementos acresce ainda o desejo de exaustividade que também transparece em vários dos momentos de amplificação textual e que pode mesmo levar à duplicação de um relato com uma versão que se considera menos digna como é o caso da narrativa da versão árabe da história de Moisés contada na GE: I, livro 13 que é justificada com o argumento pouco convincente de se tratar de uma prova que as maravilhas de Deus são faladas em todo o Mundo (p. 363). Na *Estoria de Espanna*, além da inclusão alargada da carta de Dido a Eneias, diversas são ainda as digressões/amplificações explicativas onde, por exemplo, é exposto o porquê dos nomes dos meses e dos dias da semana (PCG: I, 95 – cap. 118) ou onde se descreve os cargos e as formas de governo em Roma, dado que se diferenciavam do sistema em vigor no momento (PCG: I, 87 – cap. 109) ou ainda onde se discorre acerca das relações entre pai e filho (PCG: I, 150 – cap. 207). A estes casos mais longos acrescem ainda inúmeras pequenas explicações cujos traços gerais são exemplificados (com base em textos da GE) por Manuel Alvar, “Didactismo e integración en la ‘General Estoria’ (Estudio del Génesis)”, Fernando Carmona e Francisco J. Flores (eds.), *La Lengua y la Literatura en Tiempos de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia, 1985, pp. 25-78.

13 O exemplo mais flagrante desta forma de narrar baseada em grandes excertos surge com a exposição das histórias dos povos bárbaros. Com efeito, a coexistência do Império Romano com os reinos Vândalo, Silíngio, Alano, Suevo e Godo obrigou a *Estoria de Espanna* a ter, por vezes, de voltar atrás no tempo, a fim de contemporizar o facto de que em cada “senhorio” se narram situações de interação ou, pelo menos, de sincronia com os protagonistas das outras linhas já referidas ou por referir. Esta característica é patente nos títulos dos capítulos que frequentemente obedecem a um mesmo formato segundo o qual se relata o que aconteceu a um povo no tempo de determinado Imperador (ex: PCG: I, cap. 395 spts). Outro exemplo flagrante será a reiteração das referências à batalha dos Campos Catalães que reaparece no seio de diferentes trechos da PCG: I, 215 (cap. 385), 227 (cap. 402),

235-6 (cap. 413), 237 (cap. 415). Acresce ainda as repetições de questões já tratadas quando a narrativa se debruçava sobre a história de outro povo contemporâneo como sucede na PCG: I, 225 (cap. 399) -> Cf. 208 (cap. 365), 228 (cap. 404) -> Cf. 204 (cap. 355).

**14** A preocupação com a ordem, com o contar no “lugar conveniente” surge, por exemplo, na PCG: II, 430 (cap. 734), 442 (cap. 743), 454 (cap. 764), 473 (cap. 790), 475 (cap. 792), 653 (cap. 973)... além de inúmeras referências remetendo para o que foi ou terá sido dito ou contado antes ou o será posteriormente.

**15** Ausente da PCG, da CrAbr e da Cr20R, o relato dos feitos de juventude do Cid durante o reinado de Fernando I surge na TradGall: cap. 178-180, 183-185 e 187; na 1344a: cap. 336-340, 343-345 e 347 e na 1344b: cap. CDXLV-CDXLVII, CDL-CDLII e CDLIV.

**16** Ausente da Cr20R, o trecho que relata os acontecimentos guerreiros e miraculosos que rodearam a morte do Cid e os tempos que se lhe seguiram surge na PCG: cap. 951-955; na CrAbr: cap. CLIII-CLVIII; na TradGall: cap. 444-450; na 1344a: cap. 606-610 (trunc.) e na 1344b: cap. DCLXXIII-DCLXXXIX.

**17** Esta fonte e os textos historiográficos por ela influenciados são estudados por Diego Catalán (1992, cap. VII: “La «Estoria de los Reyes Moros que ovo en África que aseñorearon a España» de Sigisberto y la «Crónica Fragmentária», pp. 157-183).

**18** A partir do cap. 165 (PCG: I, 116).

**19** Como por exemplo na PCG: I, 120.

**20** A partir do cap. 466 da PCG. A história dos muçulmanos em geral é contada ora em capítulos alternados ora congregada em fim de capítulo. Também são narradas de forma entrelaçada as histórias da rainha Amalassent (sobretudo a partir do cap. 446 da PCG), das rainhas francesas assassinas (a partir do cap. 463 da PCG) ou ainda da Imperatriz Erena (a partir do cap. 603 da PCG).

**21** Sobre a questão da *ordo naturalis* vs *ordo artificialis* ver Edmond Faral, *Les arts poétiques du XIIe et du XIIIe siècle*, Paris/Genève, Slatkine/Champion, 1982, pp. 55-60. De acordo com este autor “La rhétorique ancienne note qu’il y a deux façons de procéder dans la construction d’un discours. L’une consiste à suivre l’ordre naturel et à observer la distribution normale des parties, exorde, narration, division, confirmation, réfutation, conclusion. L’autre consiste à suivre l’ordre artificiel et à modifier la succession habituelle des parties à la demande des circonstances.” (p. 55). A questão do início *ab ovo* ou *in media res* é abordada nomeadamente por Horácio na sua *Ars Poetica* (Horácio, “Ars Poetica”, *Satires, Epistles and Ars Poetica*, Cambridge/London, Harvard University Press, 1991, pp. 442-489, uma ed. acompanhada da trad. inglesa de H. Rushton Fairclough), pp. 462-63.

**22** A questão dos conhecimentos de Afonso X em matéria de gramática e retórica tem sido colocada uma vez que o rei Sábio não produziu nenhuma obra sobre esta disciplina. No entanto, os textos dessa natureza não lhe seriam estranhos como o demonstram os estudos feitos sobre as obras a que teve acesso (L. Rubio Garcia, “En torno a la biblioteca de Alfonso X el Sabio”, Fernando Carmona e Francisco J. Flores (eds.), *La Lengua y la Literatura en Tiempo de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia, 1985, pp. 531-551). Acresce ainda a presença de procedimentos e características patentes nos textos elaborados no *scriptorium* afonsino e que demonstram conhecimentos de preceitos retóricos tanto na prática como em diversas alusões teóricas – no que respeita a esta

questão ver Ann Garrison Moncayo, *The Use of Rhetoric in Biographical Portraits of the Twelve Roman Emperors in Alfonso the X's Primera Crónica General*, (The University of Michigan, Ph.D., 1993) UMI – Dissertation Information Service 1996 ou ainda Jesús Montoya Martínez, “La norma retórica en la obra de Alfonso X”, Juan Paredes (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, 1995, vol. I, pp. 147-170. Neste último artigo é ainda acentuado o facto de, independentemente de não existir uma obra retórica com a chancela directa do rei Sábio, textos de outros autores terão sido escritos na sequência do seu incentivo, um dos quais lhe terá mesmo sido dedicado - sobre este assunto ver Valeria Bertolucci Pizzorusso, “Un trattato di Ars dictandi dedicato ad Alfonso X”, *Studi Mediolatini e Volgari*, 15-16, 1968, pp. 9-88.

**23** Sobre este assunto ver Ann Garrison Moncayo, *The Use of Rhetoric in Biographical Portraits of the Twelve Roman Emperors in Alfonso the X's Primera Crónica General*, UMI – Dissertation Information Service, 1996 (The University of Michigan, Ph. D., 1993) onde é posto em evidência o uso de diversos *topoi* retóricos para a composição de retratos que obedecem a preceitos teorizados desde a Antiguidade Greco-latina.

**24** Caso, por exemplo, da história de Tiro, de Dido e de Cartago que concentra em si uma série de temas omnipresentes na *Estoria de Espanna* como seja os motivos da traição e do heroísmo ou ainda o estabelecimento de ligações entre cidades importantes da Antiguidade clássica e cidades espanholas. Ver ainda Isabel de Barros Dias, “O espaço urbano como encruzilhada de sinais”: *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, Universidade Aberta e C. E. H. I. – Centro de Estudos Históricos e Inter-disciplinares (no prelo).

**25** Paradigmática desta postura é a observação que, na GE, esclarece o leitor sobre o modo como se deve orientar face à prolixidade da obra. “E estos departimientos delas razones desta Estoria por libros son, por quelos quilos leyeren que non tomen ende enoio de luengas razones. Por esta razon misma son los titulos e los capitulos en los libros, e por departir por y razon de razon, e por los titulos yr mas cierto ala razon que omne quiere enel libro.” (GE: I, 265a). Sobre o hábito de ajudar o leitor a orientar-se nas obras graças à divisão em capítulos, organização de índices, inserção de notas marginais, tábuas alfabéticas ou ilustrações, ver Bernard Guenée, *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*, Paris, Aubier-Montaigne, 1980, pp. 227-241. Para a questão da correcção linguística ver Hans-J. Niederehe, “Alfonso el Sabio y la fisionomía lingüística de la Península Ibérica de su época”, Fernando Carmona e Francisco J. Flores (eds.), *La Lengua y la Literatura en Tiempos de Alfonso X*, Murcia, Universidad de Murcia, 1985, pp. 415-435 que acentua o pragmatismo de Afonso X e ao qual contrapõe a postura linguística de Dante Alighieri.

**26** PCG: I, 129 (cap. 178), 209 (cap. 365), 225 (cap. 400).

**27** Caso dos argumentos usados para justificar a inclusão da história de Roma PCG: I, 84 (cap. 107) ou, no caso contrário, para omitir a história de Caco – PCG: I, 10 (cap. 7).

**28** PCG: I, 61 (cap. 84) ou 258 (cap. 459).

**29** Sobre este assunto ver Howard Bloch, *Étymologie et généalogie. Une anthropologie littéraire du Moyen Age français*, Paris, Seuil, 1989, que sublinha como o uso de uma linguagem figurada, nomeadamente na poesia, com os seus múltiplos jogos linguísticos, pode ser entendido como um falsear do sentido, provocando roturas. No que respeita

às técnicas e teorizações medievais sobre a amplificação ver Edmond Faral, *op. cit.*, pp. 61-85. Este autor refere-se à digressão, em particular, considerando-a como uma entre as diversas formas de *amplificatio*, p. 74.

**30** Ainda segundo Howard Bloch, 1989, pp. 127-145 a canção de gesta é o modelo discursivo que combina ordem dinástica e ordem textual. É possível constatar que o mesmo se verifica com a historiografia ou com os “Livros de Linhagens” que, dada a nitidez da sua dominante cronológica podem ser igualmente considerados como formas literárias a integrar neste tipo de narrativa.

**31** Sobre este assunto, ver Janet Coleman, *Ancient and Medieval Memories. Studies in the reconstruction of the past*, Cambridge/New York/Port Chester/Melbourne/Sydney, Cambridge University Press, 1992 que opõe duas posições básicas relativamente à história. Por um lado, refere a noção, sustentada nomeadamente por Aristóteles, segundo a qual a história se deve limitar a fazer a narrativa fiel e caótica dos factos testemunhados sem qualquer embelezamento moral, retórico ou interpretativo. Só subsequentemente o poeta, o retórico ou o exegeta é que poderiam extrair a interpretação exemplar (universal e atemporal) desses acontecimentos (ver sobretudo pp. 277-79). A esta posição opõe-se a postura sustentada nomeadamente por Cícero segundo a qual a história deve servir para veicular exemplos cuja função será a de guiar o público com vista a um comportamento virtuoso. Esta noção ciceroniana é seguida, na Idade Média, por autores como Guilherme de Malmsbury ou João de Salisbúria (ver sobretudo pp. 46-47, 298-300 ou 311-15). Ainda de acordo com esta autora, durante o período medieval, terá existido uma primeira fase onde se procurava levar a cabo uma história isenta de julgamentos ou interpretações morais e que revestiria a forma de anotações literais das experiências do narrador. No entanto, esta forma depressa evoluiu, no renascimento do séc. XII, para uma historiografia literal mas exemplar, que visava encontrar verdades universais (independentemente das particularidades históricas) e uma edificação atemporal (em detrimento da mera colecção de curiosidades do passado), útil em cada presente (pp. 285-86 e 324). No que respeita aos princípios defendidos por Aristóteles relativamente à historiografia, ver a sua *Poética* (ed. de Eudoro de Sousa), Lisboa, I. N.-C. M., 1986, p. 115 (onde se distingue poesia de história com base no facto da primeira se referir ao universal e a segunda ao particular, bem como no facto do historiador narrar o que sucedeu enquanto que o poeta narra o que poderia ter acontecido, ou seja, o verosímil).

**32** No que respeita a esta questão, cabe relembra, por exemplo, a posição de Ruth Morse, *Truth and Convention in the Middle Ages. Rhetoric, Representations and Reality*, Cambridge, New York, Port Chester, Melbourne, Sydney, Cambridge University Press, 1991, que defende como, na historiografia medieval, o reclamar em como se diz a verdade é concomitante com o embelezamento e a intertextualidade. Tanto a composição e recomposição da herança historiográfica anterior como a elaboração de novos trechos obedeciam a estruturas narrativas convencionais e reconhecíveis nas quais eram moldados os eventos históricos. Esta posição, que salienta uma estratégia comum a diversas formas literárias medievais, enquadra-se igualmente nos princípios defendidos por Roger Dragonetti, *Le mirage des sources. L'art du faux dans le roman médiéval*, Paris, Seuil, 1987 que salienta precisamente os múltiplos jogos de construção de fontes ou de autores/autoridades que marcam a literatura medieval. Sobre estas questões ver ainda Wayne C. Booth, *A retórica da ficção*, Lisboa, Arcádia, 1980 onde, apesar do estudo incidir sobre a obra de autores modernos, são referidas diversas estratégias usadas para fomentar o realismo, a objectividade, a imparcialidade ou o distanciamento.